

001  
al

Santa Bárbara d'Oeste, 16 de dezembro de 2025.

Ofício nº 346/2025 – SJRI  
Ref.: Envio de Projeto de Lei

PROTOCOLG 09219/2025	CÂMARA MUNICIPAL DE S. BÁRBARA DOESTE	
	DATA: 16/12/2025	
	HORA: 16:46	
	Projeto de Lei Nº 194/2025	
	Autoria: RAFAEL PIOVEZAN	
	Assunto: Autoriza a concessão de subsídio tarifário para contribuir com o custeio do Sistema Público de Chave: B3F70	

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 40 da Lei Orgânica Municipal, bem como do que consta no Memorando nº 9.226/2025 encaminho a essa Casa Legislativa o acostado Projeto de Lei que *"Autoriza a concessão de subsídio tarifário para contribuir com o custeio do Sistema Público de Transporte Coletivo Urbano, nos termos estabelecidos nesta Lei, dando outras providências"*.

Em vista do interesse público e da natureza da matéria e decorrente da necessidade de brevidade em sua análise e aprovação, requeiro, nos termos do artigo 45 da Lei Orgânica Municipal, seja feita a apreciação da presente proposta em regime de urgência, inclusive em Sessão Extraordinária, se possível.

Aproveito para renovar a Vossa Excelência e as nobres Vereadoras e nobres Vereadores, nossos mais sinceros protestos de estima, consideração e apreço.

**RAFAEL PIOVEZAN**  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
**JÚLIO CÉSAR SANTOS DA SILVA**  
DD Presidente da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.  
Rodovia SP 306, 1001 - Res. Dona Margarida  
Santa Bárbara d'Oeste – SP.



002  
pe

## **PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº .194../2025**

*“Autoriza a concessão de subsídio tarifário para contribuir com o custeio do Sistema Público de Transporte Coletivo Urbano, nos termos estabelecidos nesta Lei, dando outras providências”.*

**RAFAEL PIOVEZAN**, Prefeito do Município de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Municipal:

**Art. 1º** Fica autorizada a concessão de subsídio tarifário para contribuir com o custeio do Sistema Público de Transporte Coletivo Urbano, como forma de desonerar a população local, manter cobrança de tarifa módica, sem com isso causar desequilíbrio ao sistema de transporte de Santa Bárbara d'Oeste, nos seguintes termos:

I – complemento do custeio da gratuidade do idoso, em valor além do suportado pelo Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Transporte Coletivo Urbano e Sistema Viário;

II – complemento de tarifa do usuário transportado pagante.

**Art. 2º** Para fins de viabilizar as disposições contidas no artigo 1º da presente lei, especialmente em relação ao complemento da tarifa disposta no inciso II do artigo anterior, o Município poderá custear a diferença apurada entre o valor do custo geral da operação, calculado nos moldes do edital, e a tarifa efetivamente paga pelo usuário.

**Parágrafo único.** O valor do complemento será fixado por Decreto do Executivo, respeitando o limite orçamentário financeiro, apurado mediante estudo técnico de custo e capacidade financeira.

**Art. 3º** As despesas decorrentes do pagamento do complemento do custeio da gratuidade do idoso serão suportadas pela Funcional Programática 04.122.0028.2.002 – Manutenção da Administração do Transporte – natureza da despesa: 3.3.90.39.00 – outros serviços de terceiro – Pessoa Jurídica.



003  
2

**Art. 4º** As despesas decorrentes do pagamento do complemento da tarifa na forma de subsídio serão suportadas pela Funcional Programática 04.122.0028.2.002 – Manutenção da Administração do Transporte – natureza da despesa: 3.3.90.45.00 – subvenção econômica, no limite da disponibilidade orçamentária financeira.

**Art. 5º** Ficam autorizadas as suplementações necessárias para o atendimento dos artigos 3º e 4º.

**Art. 6º** Tendo em vista o objeto da presente lei e, em consonância com os princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana, conforme dispõe a Lei Federal nº 12.587/2012 e Lei Complementar Federal nº 101/2000, o PPA – Plano Plurianual, a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e a LOA – Lei Orçamentária Anual, passam a vigorar com as inclusões constantes nos Anexos I e II desta lei, os quais referem-se ao Anexo III do PPA e ao Anexo VI da LDO.

**Art. 7º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo os efeitos a 01 de agosto de 2025 no que se refere as disposições do inciso I, do artigo 1º desta Lei.

Santa Bárbara d'Oeste, 16 de dezembro de 2025.



**RAFAEL PIOVEZAN**  
Prefeito Municipal





## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Cumpre-nos esclarecer que a operação de transporte coletivo público urbano é complexa e necessita de atenção especial, pois depende do atendimento de fatores relevantes como modicidade tarifária para não onerar de forma excessiva o usuário do transporte, o custeio da empresa e, quando necessário, a capacidade financeira do ente público.

Para este Município, hoje, a tarifa praticada é de R\$ 5,90 ao usuário pagante, a qual, no momento, não há previsão de reajuste. Todavia, a gratuidade do idoso que até dezembro/2024 era absorvida pelo próprio sistema, passou a ser custeada, desde janeiro/2025, pelo Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Transporte Coletivo Urbano e Sistema Viário.

Entretanto, os recursos do Fundo de Transporte, cuja função é a sustentabilidade do sistema de transporte coletivo urbano, se esgotaram ao longo do ano. E, portanto, faz-se indispensável a presente propositura para que o Município possa utilizar recursos próprios para suportar a gratuidade do idoso.

Assim, entende-se que as medidas adotadas para o exercício de 2025 foram adequadas para favorecer o equilíbrio, necessitando ser completada, com a aprovação da presente propositura.

Porém, para os exercícios vindouros, defendemos a possibilidade de custeio por complementação com recursos próprios do Município, o que está devidamente contemplado no presente Projeto de Lei.

Nesse contexto, encaminhamos o presente Projeto de Lei para a apreciação e aprovação desta R. Casa Legislativa.

Pela relevância da matéria, solicitamos às Vossas Excelências a tramitação deste sob regime de urgência, em consonância com o artigo 45 da Lei Orgânica do Município.

  
**RAFAEL PIOVEZAN**  
Prefeito Municipal